

EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO: A educação comunitária de confissão luterana no Brasil

Alvori Ahlert

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Brasil)

alvoriahlert@hotmail.com, alvoriahlert@yahoo.com.br

EDUCATION AND MIGRATION: The education community at the Lutheran confession in Brazil

Resumen: Este texto trata da história da educação comunitária de confissão luterana no Brasil. Uma educação comunitária que se constituiu num importante serviço da comunidade religiosa para a sociedade. Na sua origem a história das escolas comunitárias luteranas se confunde com a própria história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Como igreja de imigração seus precursores formaram comunidades religiosas e civis sustentadas na fé luterana e na educação comunitária. Esta forma de educação subsistiu ao tempo e hoje se congrega na Rede Sinodal de Educação, com 60 escolas filiadas e com cerca de 35.000 matrículas na Educação Infantil, Educação Básica e Ensino Superior.

Abstract: This text deals with the history of the communitarian education of luteran confession in Brazil. A communitarian education that if constituted in an important on religiou's service community for the society. In its origin the history of the luterans communitarian schools if confuses with the proper history of the Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. As immigration church its precursors had formed supported religious and civil communities in the luteran faith and the communitarian education. This form of education subsistit to the time and today it is congregated in the Rede Sinodal de Educação, with 60 schools and wich 35.000 school registrations in the Infantile Education, Basic Education and Superior Education

Palabras clave: Educación. Educación communitaria. educación luterana. Migración. red de la educación. Educação. Educação comunitária. Educação luterana. Migração. Rede de educação. Education. Communitarian education. Luteran education. Migration. Net of education.

Introdução

As igrejas protestantes trouxeram a educação como um dos pilares fundamentais de sua missão. “Muitas comunidades evangélicas conjugavam com naturalidade, no mesmo ambiente, a atividade escolar e a celebração de ofícios religiosos. As escolas confessionais, também chamadas de comunitárias.” (Streck & Wachs, 1998: 255)

No caso da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, havia, no início da década de 1970, cerca de 100 escolas de ensino primário ou fundamental e 30 escolas de ensino médio, entre elas algumas escolas com cursos técnicos. Neste período, o conjunto de educandários ligados a IECLB contava com cerca de 20 mil alunos matriculados. O trabalho era coordenado pelo Departamento de Educação e de Catequese da IECLB. (Keller, 1970: 56)

A escola comunitária da IECLB constitui-se num importante serviço da comunidade religiosa para a sociedade. Uma formação construída sobre princípios nos quais o ser humano seja o centro do agir de Deus e do processo educativo; uma educação que respeite o ser humano como criatura de Deus, amado por Deus, simultaneamente justo e pecador; um ser humano que perceba a si mesmo marcado pela liberdade, pela gratuidade da vida, pelos dons a serem colocados a serviço da humanidade.

1. Origens da escola comunitária de confissão luterana

A história da escola comunitária evangélica de confissão luterana confunde-se com a própria história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A condição histórica que trouxe ao Brasil um contingente de imigrantes europeus no final do século XIX e início do século XX fez desembarcar neste continente, não somente milhões de corpos sedentos por uma oportunidade de vida, trabalho e dignidade¹, mas também um povo com uma cultura diferente, gestada por longa tradição para a qual a educação era tida como um pilar fundamental no desenvolvimento e na construção de riquezas que aqui vieram buscar.

Para Martin Dreher, os imigrantes luteranos construíram, inicialmente, uma sociedade própria, fortemente calcada na organização comunitária com vistas a garantir condições mínimas de cidadania e de exercício dos direitos civis, num contexto histórico-geográfico estranho e adverso. A identidade desta sociedade de comunidades se estruturava sobre um conjunto de usos, costumes e tradições denominados por Dreher de “germanidade”. (Dreher, 1999: 65).

Estas comunidades tinham a religião como cimento de ligação entre as famílias. Por isso, nos primórdios, se estruturavam a partir de três elementos constitutivos: o templo, a escola e o cemitério.

“No primeiro destes períodos (1824-1864), geralmente designado de congregacional ou pré-sinodal, temos o ingresso de contingentes de imigrantes luteranos das mais diversas regiões e estados alemães. São artesãos, soldados e agricultores. Nas picadas, organizam sua sociedade, que tem como centro o templo, a escola e o cemitério. Alguns migram para centros maiores, onde exercem o artesanato. Desenvolvem sociedade de cultura própria, onde tradições alemãs e, principalmente, a língua alemã são preservadas. O desenvolvimento econômico acelerado das picadas, graças ao modelo da pequena propriedade rural, permite o desenvolvimento da região norte do Rio Grande do Sul e de

1 Conforme Lúcio Kreutz, a Argentina recebeu, entre 1856 e 1932, 6.450.000 imigrantes, e “[...] o Brasil, em segundo lugar, registrou 4.903.991 imigrantes entre 1819 e 1947.” (Kreutz, 2000, p. 160).

Santa Catarina e de centros urbanos mais antigos, como Porto Alegre” (Dreher, 1999: 66).

Os alemães foram um grupo minoritário dentre os primeiros imigrantes. Entre 1824 e 1947, eles somaram 253.846 pessoas, enquanto que os italianos mandaram 1.513.151, os portugueses 1.462.117 e os espanhóis 598.802. Entretanto, foram os que mais se preocuparam com a escolarização de suas novas gerações. Até 1937 mantinham 1.579 escolas em todo o Brasil, enquanto as comunidades italianas somavam 396 escolas na década de 30. (Kreutz, 2000: 160)

Para o foco de nossa pesquisa interessam-nos as informações sobre as escolas relacionadas ao contexto dos imigrantes alemães. E, dentro desse contexto, a escola confessional luterana.

Embora que, de suas regiões de origem, os imigrantes tivessem trazido experiências de uma educação fortemente marcada pelos motivos religiosos, com o intuito de formar bons cristãos, o período inicial da imigração partiu da ideologia da escolarização étnica. É o que diz Kreutz: “As primeiras décadas de imigração revelam iniciativas relacionadas com o processo escolar étnico, que foram encaminhados de forma isolada pelas diversas comunidades de imigrantes.” (Kreutz, 2000: 163)

Contudo, a precariedade dessas escolas, devido às grandes dificuldades de locomoção, a necessidade da mão-de-obra no cultivo da terra (principal atividade dos imigrantes), e o ingresso no país dos ideais liberais em 1870, foi sentido pelos líderes religiosos como uma ameaça, provocando uma ofensiva eclesiástica, tanto católica quanto luterana, no sentido de investir em escolas comunitárias confessionais. Por isso, segundo Dreher, nem as comunidades luteranas e nem suas escolas podem ser acusadas de haverem contribuído de forma proposital para a preservação da germanidade. (Dreher, 1984: 64-65)

O investimento na criação, revigoração e manutenção de escolas comunitárias de confissão luterana encontrou apoio na Sociedade Evangélica para Alemães Protestantes na América do Norte, fundada em 27 de julho de 1837 com o objetivo de acompanhar os alemães emigrados para a América do Norte. Já na década de 1860 esta sociedade passou também a se preocupar com os alemães emigrados para a América do Sul, principalmente com o Sul do Brasil e do Chile.

Segundo Dreher, esta Sociedade Evangélica enviou neste período, iniciando em 1865, “[...] mais de 200 pastores e mais de 40 professores e professoras.” (Dreher, 1984: 82). Já no início do XX se intensificou o aporte de recursos financeiros para a Igreja Luterana e suas escolas comunitárias, especialmente no Sul do Brasil.

“Nos anos de 1906 a 1915, a Sociedade Evangélica gastou 380.560 marcos com o trabalho realizado no Brasil, mesmo não tendo sido enviados pastores nos anos de 1914 e 1915 por causa do estado de guerra. A importância citada foi gasta para os seguintes fins: despesas de viagem e de envio 87.315 marcos; pensões e auxílios 99.535 marcos; auxílios para comunidades e escolas 102.760 marcos; Fundação Evangélica em Hamburgo Velho 24.000 marcos; Colégio Sinodal em Santa Cruz dos Sul 24.000 marcos; ordenados do diretor da escola 43.950 marcos” (Dreher, 1984: 82).

Outro exemplo dessa relação da Sociedade Evangélica com o Brasil é a história da Comunidade Evangélica de Ijuí. A fundação da Colônia de Ijuhy, em 1890, contava com a participação de um pequeno grupo de pioneiros – imigrantes russo-alemães que eram evangélicos de confissão luterana. Nos primeiros anos esta pequena comunidade de evangélicos recebia atendimento pastoral de “pastores itinerantes”.

“Quatro anos mais tarde, 1894, a Associação Evangélica para a América do Sul de Wuppertal - Alemanha, enviou o P. Gerhard Dedeke, para trabalhar no Sínodo Riograndense. Desse, o P. Dedeke recebeu a missão de organizar a Comunidade Evangélica de Ijuhy. O início deu-se em 19.01.1895, quando 220 pessoas assinaram a ata de Fundação da Comunidade Evangélica de Ijuí. Sua primeira Diretoria foi formada por seis membros e o Pastor. Destacou-se pelo esforço em favor da criação da Comunidade o Sr. Albin Brendler. Após a Assembléia de fundação, o Presidente do Sínodo Riograndense, P. Friedrich Pechmann oficiou um culto, no qual foi instalado o P. Dedeke como o primeiro Pastor desta Comunidade” (Ahlert, 1995: 1).

Nos anos que se seguiram, a comunidade continuava sendo provida de pastores pela Associação Evangélica de Wuppertal. Em 1903, os trabalhos eclesiais foram assumidos pelo Pastor Hermann Rosenfeld, de Karlsberg, província prussiana de Pommern. Sua atuação não se restringiu à Comunidade de Ijuí. Cedo, ele iniciou uma visitação a imigrantes evangélicos de fala alemã em Serra do Cadeado – hoje município de Augusto Pestana/RS. Lá organizou pontos de pregação nos quais oficiava cultos e batismos. Em 1908, estes pontos de pregação tomaram forma de comunidades evangélicas. Mas sua contribuição significativa para a nossa pesquisa foi a instalação, na casa paroquial evangélica, de uma escola em 1903. “O ensino era ministrado pelo Pastor Rosenfeld pessoalmente até a data de suas férias na Alemanha, no ano de 1906 ou 1908, a partir de quando o Sr. Heinrich Siedenberg assumiu a direção da Escola Paroquial.” (Heim, 1980: 19).

Esta iniciativa, conhecida como “Escola Paroquial”, teve significativo crescimento, sendo ampliada para além das bases paroquiais luteranas, transformando-se, em 3 de novembro de 1912, na “Sociedade de Escola Alemã de Vila Ijuhy.” Isso significou sua abertura administrativa para representar uma separação entre Igreja e Escola. Porém, os registros históricos testificam que esta separação foi apenas “de fachada”:

“Desta forma se processou, apenas externamente e para fins administrativos, a separação entre Escola e Igreja, embora a direção da agora chamada Escola da Comunidade fosse transmitida primeiro ao pastor Hans Henn e mais tarde ao pastor Karl Gottschald. Os laços que a prendiam à Comunidade Evangélica, aliás, nunca se romperam de todo. A separação durou 25 anos; no dia 13 de maio de 1938, porém, cedendo à pressão do desenvolvimento político no Brasil, chegou-se a uma fusão da Sociedade Escolar com a Comunidade Evangélica, que, por sua vez, se encarregou da administração da Escola, a qual na época se chamava “Colégio Ijuicense”. Ao mesmo tempo alterou-se seu nome para “Colégio Sinodal” e mais tarde (1946) para “Escola Sinodal Augusto Pestana” (Heim, 1980: 20).

Experiências dessa ordem acompanharam os imigrantes alemães em praticamente todos os lugares onde estes se estabeleceram. Diante da ausência do Estado em prover, inicialmente, estes novos povoados com educação, os próprios imigrantes organizavam a educação de seus filhos. Hardy E. Martin escreve acerca desta realidade no contexto da Colônia da Santa Cruz:

“Desde 1851 o Diretor Buff pediu escola, mas em que não se lecionasse apenas a língua alemã, pois havia brasileiros na região. Lamentavelmente o Governo não deu atenção nem ouvidos a tal pedido e os colonos, então, passaram a fundar as suas próprias escolas onde lecionavam, evidentemente, em alemão, ao menos inicialmente” (Martin, 1979: 138).

Na Colônia de Santa Cruz, os colonos contrataram seu primeiro pastor e professor em 15 de março de 1853.

“Erdmann Georg Ricardo Ernesto Wolfran chegara em Agosto de 1852 ao Brasil, com o navio “Teresa Henriete”. Contratado como Colono, todavia não seguiu a Rio Pardo como os seus companheiros. Ficou em Rio Grande e depois seguiu para Porto Alegre. Aos 3.1.1853 seguiu para Santa Maria, onde, a pedido dos moradores, deveria fundar uma escola alemã, bem como atender a parte religiosa. Não houve acerto com os moradores de Santa Maria e 27.2.1853 Erdmann chegava a Santa Cruz, onde, a 6 de março, realizava a sua primeira prédica de admissão. Foi admitido. O contrato celebrado entre os colonos e Erdmann está nos Arquivos do Museu do Colégio Mauá” (Martin, 1979: 90).

As escolas de imigrantes alemães proliferaram por toda a parte. O caso de Santa Catarina é muito semelhante. Inicialmente, as escolas foram organizadas etnicamente. Em 1912, o consulado alemão em Santa Catarina produziu um relatório dando conta da quantidade de escolas étnicas em atividade.

“Conforme o relatório do secretário do consulado alemão de Florianópolis, em 03/01/1912, no sul de SC a proporção entre católicos e protestantes era quase igual, com uma pequena superioridade dos católicos. As 18 escolas alemãs da região eram freqüentadas por 470 alunos, dos quais 277 eram católicos 193 evangélicos. Em relação aos professores que atuavam na área, onze eram católicos e nove evangélicos. Quanto à confessionalidade, duas escolas eram católicas, uma evangélica e 15 aconfessionais” (Klug, 1982: 118)

Entretanto, conforme já vimos anteriormente, cedo a confessionalidade provocou desentendimentos e as igrejas passaram a preocupar-se com a educação formal. A confessionalidade católica avançou com mais rapidez a sua organização naquele Estado. Conforme Klug (1982, p.120-121), as Cartas Pastorais do Bispado de Florianópolis incentivaram a organização de escolas paroquiais católicas para “afastar as crianças dos ímpios” (os evangélicos). Este bispado somava 93 escolas católicas em 1911, atingindo 5.620 alunos. Esta ofensiva confessional da Igreja Católica provocou a reação dos evangélicos luteranos.

“Com a criação do Colégio Catarinense em Florianópolis (1905), os evangélicos luteranos sentiram a urgência de se discutir a questão da educação que ultrapassasse a educação básica, cuja rede de escolas era considerável. Defrontaram-se com o problema de que muitos dos filhos da elite luterana continuavam seus estudos em Florianópolis, com os jesuítas, o que significava perda de espaço. Em certo sentido podemos afirmar que os jesuítas “forçaram” aos luteranos rever sua estratégia educacional, tornando-se mais eficiente” (Klug, 1982: 121).

Mas o impulso mais orgânico da Igreja Luterana para a criação de escolas comunitárias foi o retorno da Alemanha do Pastor Hermann Gottlieb Dohms, (Dreher, 1984: 109-112) para onde ele havia se transferido para concluir seus estudos teológicos. Lá desenvolveu reflexões analíticas sobre a inviabilidade da metodologia de trabalho eclesial em curso aqui no Brasil. Retornou convencido da necessidade de construir aqui uma “Igreja Evangélica de Rito Alemão.” Isto, por sua vez, implicava no investimento em formação teológica local e na formação de professores para o fortalecimento das escolas comunitárias. Dohms havia elaborado um programa oficial para seus propósitos, o que o levou a implementar “[...] a

criação de um sistema educacional do Sínodo, fortalecendo as escolas comunitárias, fundando o Instituto Pré-Teológico e o Ginásio Teuto Brasileiro, hoje Colégio Sinodal.” (Dreher, 1984: 119). Gisela I. W. Streck, em sua tese de doutorado, assim resume este significativo impulso da era Dohms para a escola evangélica de confissão luterana.

“A partir de 1914, o P. Hermann Dohms começou a desempenhar um papel importante no campo da formação e da educação, representado pelo sistema de escolas comunitárias, atuando como pastor na Comunidade de Cachoeira do Sul – RS, e como professor e diretor de escola (Sociedade Escolar Teuto-Brasileira – uma escola mista de católicos e luteranos – criada em 1913). A atuação do P. Dohms desde sua comunidade e escola, influenciou o Sinodo Riograndense e fortaleceu o sistema educativo representado pelas escolas comunitárias. Em 1919, começou a publicar a revista – Folhas Evangélicas alemãs para o Brasil – onde expunha suas idéias sobre uma Igreja Evangélica de Rito Alemão no Brasil. Estas idéias tinham amadurecido durante o período final de seus estudos na Alemanha, onde percebeu que no Brasil deveria surgir “uma Igreja independente, com características próprias, mas mesmo assim ligado à ecumene”. O P. Dohms apontou para a necessidade de formar no Brasil pastores e professores teuto-brasileiros para atuarem nas comunidades e escolas luteranas. Coerente com suas idéias, iniciou na casa paroquial, em Cachoeira do Sul, o Instituto Pré-Teológico, em 1921. Neste período as escolas confessionais, tanto católicas como luteranas, tiveram um período de grande expansão no Rio Grande do Sul. Em 1920 havia 787 escolas teuto-brasileiras, sendo 310 católicas, 365 evangélicas e 112 mistas. Em 1935 eram 1041 escolas, sendo 429 católicas, 570 evangélicas e 42 mistas” (Streck, 2000: 39).

A era Dohms significou para as escolas um período de expansão e da constituição de uma identidade própria. Havia uma organicidade e um projeto pedagógico. As escolas sabiam o porquê de sua existência e sabiam quais seus desafios. Independentemente da avaliação ideológica que se possa fazer disso, as escolas se sentiam dentro de um projeto maior que, segundo Martim Dreher significava um,

“[...] programa luterano estabelecido por essa geração e que constava, via de regra, do binômio: inserção no contexto brasileiro e estruturação da Igreja Luterana a partir de três pontos: 1. Formação de pastores e professores, provenientes do grupo étnico teuto-brasileiro; 2. Constituir Igreja de bases populares em completa independência em relação ao exterior; 3. Ligação externa à Igreja Evangélica na Alemanha para manter a continuidade da herança evangélica” (Dreher, 1999: 68-69).

Com a chegada do Estado Novo, as escolas que gozavam de liberdade e autonomia foram atingidas por uma das piores crises de sua existência. O governo de Getúlio Vargas iniciou um processo de nacionalização da rede de escolas do país. A nacionalização trouxe a proibição dos professores alemães de ministrarem aulas em alemão e as escolas foram condicionadas a se enquadrarem nas leis federal e estadual de ensino. Gisela I. W. Streck (2000, p.50) afirma que, sob a orientação do presidente do Sínodo Riograndense, P. Hermann Dohms, não houve outra saída a não ser o enquadramento das escolas na lei educacional emergente e constituir-se em um sistema de escolas comunitárias. As escolas tornaram-se efetivamente confessionais, sob a proteção das comunidades confessionais evangélicas.

Estas escolas passaram a ter um sistema minimamente padronizado, com relatórios sobre o quadro de professores, localização e registros dos históricos escolares e com um quadro de funcionamento quanto aos horários e disciplinas lecionadas.

Neste período, muitas escolas foram fechadas. Algumas reabriram anos mais tarde. Foi o caso, por exemplo, do “Collegio Brasileiro Alemão Evangélico” de Carazinho – RS, que foi fechado entre os anos de 1942 – 1945. “Ele somente foi reaberto em 5.11.1949 sob nova denominação: Escola Sinodal Rui Barbosa, completamente reestruturado dentro das exigências governamentais.” (Schütz, 2000: 19). O mesmo ocorreu com a escola em Ijuí, conforme já citado anteriormente.² “Das 500 escolas existentes antes da solicitação do registro, apenas 370 encaminharam papéis e efetivamente continuaram suas atividades.” (Streck, 2000: 51).

Passados os primeiros impactos da nacionalização, a reorganização das escolas comunitárias permitiu a retomada de seu crescimento apoiado e sustentado no vínculo comunitário. Gisela I. W. Streck (2000: 60-62) registra este crescimento entre o início e o final das décadas de 40. De 149 escolas primárias confessionais, passou-se a 229 neste período. Este crescimento é uma resposta cidadã diante da continuidade da insuficiência de ações governamentais na área da educação. Neste período, a escola comunitária também é denominada de Escola Particular, incluída no rol de escolas não-estatais. R. Sängner, um dos delegados do IV Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares, realizado em junho de 1949, em Salvador – Ba, que reuniu mais de 400 diretores e educadores da educação comunitária e privada, resume a presença dessas iniciativas educacionais no sistema educacional do Brasil da época:

“O ensino oficial no Brasil não é apenas impraticável no momento atual, é simplesmente inexecutável! [...]E argumenta: mais do que 70% de todo o ensino brasileiro é particular. Dos 1222 estabelecimentos de grau secundário que funcionavam em 1948 entre nós, 615 (50,3%) são católicos, 120 (9,9%) evangélicos e os restantes mantidos por diversos. No mesmo ano 63.090 alunos frequentavam as escolas públicas e 297.000 as particulares, e, ainda citando a estatística que em 1936 dá a frequência de 91% na escola secundária particular e de 9% na pública, conclui: “A primeira é um fenômeno ascensional em marcha, enquanto permanece estacionária a iniciativa do Estado” (Sängner, 1950: 30).

Segundo Gisela I. W. Streck (2000: 63-73), o apoio às escolas comunitárias emerge de dentro das comunidades, o que sempre de novo foi reafirmado nos Concílios Gerais dos Sínodos ao longo da década de 50 e 60. Heinz Dressel (1986: 121-122) registra este envolvimento da comunidade religiosa com o processo educativo em várias iniciativas que foram criadas na década de 60, especialmente na busca de uma educação que qualificasse os jovens para enfrentarem o processo de urbanização, industrialização e mecanização agrícola pelo qual passava o país. O autor cita a criação do Colégio Agrícola Teutônia e da Escola Normal de Três de Maio, no Rio Grande do Sul, e, em Minas Gerais, a criação do Internato Rural de Teófilo Otoni:

2 Gisela I W. Streck ainda cita outros exemplos: “Em Panambi, RS, a escola primária ‘Faulhaber Stiftung’ encerrou suas atividades em 1939 e reiniciou em 1945 com o nome Escola Sinodal Tobias Barreto. Em Hamburgo Velho, RS, a escola para moças mudou seu nome de ‘Evangelische Stift’ para Fundação Evangélica. Em Cachoeira do Sul, RS, a Sociedade Escolar Alemã Brasileira, uma escola mista (católica e luterana) se autodissolveu e transferiu seus bens para a Comunidade Evangélica. Ela foi registrada e continuou funcionando com o nome de Colégio Evangélico Brasileiro. Em 1943 mudou seu nome para Escola Barão do Rio Branco.” (Streck, 2000: 51).

“Em 1966 a comunidade de Boa Vista de Herval fundou o “Centro Rural Dr. Albert Schweitzer”. Partindo da problemática multilateral, a comunidade se propôs um trabalho multilateral no Centro Rural. Este abrange hoje: cursos de formação Geral, cursos profissionais, instrução para adultos, serviço de aconselhamento maternal” (Dressel, 1986: 122).

Com a reestruturação dos Sínodos em 1968, nasceu uma nova estrutura eclesiástica. Os três Sínodos transformaram-se na Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB), constituída a partir de quatro regiões eclesiásticas. Essa nova estrutura foi aprovada no Concílio Eclesiástico Extraordinário, realizado em outubro de 1968 (Streck, 2000: 73-74). As escolas confessionais comunitárias também se adequaram à nova estrutura. O Departamento de Ensino, antes ligado ao Sínodo Riograndense, foi transformado em Departamento de Educação da IECLB. Em 1970, o diretor do Departamento de Educação apresentava dados estatísticos da realidade educacional da IECLB.

“Existem hoje, no âmbito da IECLB, disseminadas pelas 4 Regiões Eclesiásticas, cêrca de 100 escolas primárias e 30 estabelecimentos de ensino médio oficializados. Estes últimos compreendem 8 escolas normais, 12 colégios secundários, 11 colégios técnicos (comerciais e agrícolas), 27 cursos ginasiais, além de cursos de enfermagem e de economia doméstica. Matrícula no ensino primário: 12.000 alunos; no ensino médio: 800 alunos. O trabalho educacional no âmbito da IECLB está sendo coordenado e orientado pelos Departamentos de Educação e de Catequese” (Keller, 1970: 56).

Já no Concílio Geral da IECLB, em 1978, o relatório da direção informava a existência de 40 escolas de 1º e 2º Graus, totalizando 21.000 matriculados. (Streck, 2000: 76). Foi um período em que a IECLB se preocupou em intermediar recursos para a estruturação e investimentos em suas escolas. Estes recursos eram oriundos de agências de financiamento de parcerias das Igrejas Evangélicas da Europa e dos Estados Unidos. Isto se evidencia em casos como o do Colégio Evangélico Augusto Pestana, de Ijuí/RS, e o da Escola Sinodal Rui Barbosa, ambos já anteriormente citados, e que são exemplos para várias outras instituições dentro da IECLB quanto ao aporte de recursos do exterior.

No caso do Colégio Evangélico Augusto Pestana, de Ijuí/RS, o aporte de recursos foi muito significativo para a expansão de vagas no início da década de 70. No livro que historia os 85 anos daquela comunidade, encontramos os registros dessas contribuições.

“Consta que em 28/03/71 já se recebeu, através do Serviço de Projetos da I.E.C.L.B., a confirmação da doação da “Evangelische Zentralstelle für Entwicklungslife”, de Bonn, num valor total de DM 914.000 (914 mil marcos), naturalmente liberados em parcelas. Além deste auxílio substancial, a organização “Brot für die Welt” (Pão para o Mundo) contribuiu com DM 225.000 (225 mil marcos), tendo o CEAP entrado com DM 81.000 (81 mil marcos) em recursos próprios, o que, traduzido em moeda nacional, dava um total aproximado de Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros), quantia respeitável, que permitiu a construção das seguintes dependências do moderno CEAP: Salas de Direção, Secretaria, Oficinas de Técnicas Industriais, Escritório - Modelo, Cozinha - Modelo, Corte e Costura, 12 salas de aula, salas para o Grêmio Estudantil (GEMLI), além de uma ampla área de recreação coberta, barzinho, vestuários e instalações sanitárias, sala de recreação para alunos internos e residências do Diretor e do pessoal do Internato” (Heim, 1980: 67).

O mesmo ocorreu com a Escola Sinodal Rui Barbosa, de Carazinho/RS, que, em 1974, recebeu 30.983 dólares da Igreja da Alemanha (Schütz, 2000: 40) para a ampliação de suas instalações.

2. A constituição da Rede Sinodal de Educação

Até 1980, a relação orgânica estrutural, para além da relação direta que sempre houve entre comunidade confessional local e escola comunitária, se estabelecia através do Departamento de Educação e do Centro de Diretores de Escolas Evangélicas (CDEE). Em 24 de fevereiro de 1981, nas dependências da Sede da IECLB, em Porto Alegre/RS, foi instituído o primeiro Conselho de Educação da IECLB. O ato de instalação aconteceu com um culto celebrado pelo Presidente da IECLB, P. Augusto Ernesto Kunnert (Cf. IECLB - Departamento de Educação. Livro de Atas do Conselho de Educação (1981-1985), folha 2). Neste mesmo dia, o Centro de Diretores de Escolas Evangélicas (CDEE) transformou-se na Associação Evangélica de Educação. “Aos 24 dias de fevereiro de 1981 reuniu-se em sua Primeira Assembléia Geral Ordinária a Associação Evangélica de Educação, em Porto Alegre, em dependências da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com a presença dos representantes supra – assinados” (IECLB - Departamento de Educação. Livro de Atas da Associação Evangélica de Educação (AEE): 1981-1990, folha 2 verso).

A partir de então, o Departamento de Educação passou a ser constituído pelos seguintes órgãos: a) Associação Evangélica de Educação; b) Conselho de Educação – IECLB. c) Direção Executiva. O citado Regulamento do Departamento de Educação especifica, assim, seus objetivos no artigo 6º:

- a) coordenar os esforços da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB no campo educacional escolar;
- b) exercer a orientação geral dos estabelecimentos de ensino evangélicos no desempenho de sua tarefa, visando uma unidade de propósitos em função do vínculo que os caracteriza, respeitada a autodeterminação de cada entidade mantenedora;
- c) estimular o intercâmbio e o conagraçamento de todos os estabelecimentos escolares no âmbito da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB;
- d) participar, através de suas estruturas de representação, da condução dos processos da educação no país, mediante colaboração em todos os órgãos educacionais - oficiais ou não - a que tiver acesso;
- e) promover o aperfeiçoamento do ensino em geral e do ensino religioso, em particular, bem como dos setores administrativos das escolas evangélicas;
- f) cultivar o intercâmbio com entidades congêneres;
- g) promover congressos, seminários, cursos de aperfeiçoamento, encontros de estudos - nacionais ou regionais - de acordo com as necessidades;
- h) editar, divulgar ou intermediar periódicos, trabalhos e publicações que visem ao aprimoramento no trabalho das escolas;
- i) expedir recomendações de ordem geral, inclusive sobre remuneração do pessoal docente e administrativo;
- j) prestar assistência técnica aos estabelecimentos, assessorando-os conforme a necessidade. (Departamento de Educação IECLB. Regulamento)

O mesmo regulamento também define as competências da Associação Evangélica de Educação (AEE), hoje denominada de Rede Sinodal de Educação, e do Conselho de Educação, respectivamente:

- a) analisar a realidade escolar, debater alternativas e levantar sugestões de atividades;
 - b) informar-se de todos os assuntos que sejam do interesse das Escolas;
 - c) lançar as bases de trabalho do *Departamento de Educação* para o período seguinte;
 - d) apreciar o Relatório de Atividades do Diretor-Executivo;
 - e) tomar conhecimento do Relatório do Presidente do Conselho de Educação;
 - f) nomear Conselheiros do Conselho de Educação;
 - g) resolver sobre as contribuições financeiras para a manutenção do *Departamento de Educação*;
 - h) resolver ou encaminhar para solução todos os assuntos que lhe forem submetidos à apreciação;
 - i) decidir sobre a admissão de novos associados;
 - j) decidir sobre a alteração do presente Regulamento.”(Art. 13).
- “a) analisar questões da educação, procurando interpretar e posicionar-se diante da realidade educacional brasileira;
- b) interpretar o pensamento da Associação Evangélica de Educação, na forma dos registros de decisões tomadas pelas Assembléias Gerais, traduzindo-o em diretrizes para a ação concreta da Direção-Executiva;
 - c) emitir pareceres ou orientação sobre assuntos específicos, submetidos a sua apreciação;
 - d) emitir normas para o funcionamento da Direção-Executiva, quando necessário;
 - e) fixar a remuneração de pessoal ligado à Direção Executiva;
 - f) indicar ao Conselho Diretor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB, ouvida a Assembléia Geral da Associação Evangélica de Educação, para aprovação, o Diretor-Executivo a ser nomeado pela Diretoria da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura - ISAEC;
 - g) pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pela Direção-Executiva;
 - h) elaborar seu Regimento. (Art. 21).

Assim, o Departamento de Educação é o órgão da IECLB que coordena as atividades relativas ao setor da educação formal, ou seja, as escolas que possuem vínculos com comunidades ou paróquias e as entidades mantenedoras das escolas que possuem algum vínculo com a IECLB.

A Rede Sinodal de Educação, constituída pelas escolas filiadas, busca hoje uma expansão em duas frentes. Num crescimento horizontal, quer alcançar as áreas de colonização mais recentes, como, por exemplo, o Instituto Luterano de Educação de Parecis, Campo Novo do Parecis/MT, fundado em 1996. Numa tentativa de verticalização, foram criados cursos de nível superior e de pós-graduação *lato sensu*, em Curitiba/PR, Joinville/SC, Ivoti/RS, Três de Maio/RS, Horizontina/RS, além da Escola Superior de Teologia que já possuía curso de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) com nível de excelência seguindo a avaliação do MEC.³

Entretanto, esta necessidade vem com um enorme atraso. Conforme o Parecer 01/87, sobre Moção ao XV Concílio Geral Ordinário da IECLB, já em 1965 a Igreja solicitara ao Conselho Sinodal de Educação do Sínodo Riograndense um posicionamento sobre a criação

3 Cf. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Avaliação da Pós-Graduação. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO. Período Avaliação: 1998/2000 – Avaliação. EST - RS TE- OLOGIA M/D. Cons. 7. 24/08/01 às 18:50 1 de 1.

de uma Faculdade Evangélica: “[...] a 22 de março de 1965, foi gerada por moção conciliar que pretendia que o Sínodo Riograndense fundasse uma “Faculdade Evangélica de Filosofia.” (Participação da IECLB no Ensino de 3º Grau, Parecer: 01/87, p. 21). O posicionamento do Conselho rejeitou o ingresso da Igreja no 3º Grau. Em 1967, o Conselho Diretor da IECLB fez nova tentativa para que iniciasse um processo de ensino superior.

Mais uma vez o Conselho de Educação rejeitou a proposta com base em dois argumentos: uma escola superior isolada provocaria um isolamento, e para uma Universidade Evangélica não haveria recursos suficientes. Em contrapartida, propunha que a Igreja contribuísse de forma alternativa com o ensino superior. O Parecer 01/87 reproduz as proposições do Conselho de Educação de 1967:

- 1 – observar vivamente o desenvolvimento cultural e científico do país e manter íntimo contato com os estudantes e docentes evangélicos das universidades existentes e promover o ingresso de docentes evangélicos no ensino superior, especialmente nas cadeiras de humanidades;
- 2 – incentivar o trabalho entre os estudantes universitários através do pastorado dos estudantes, da Academia Evangélica e de outros órgãos vinculados a esse serviço;
- 3 – ampliar as casas de estudantes evangélicos existentes e criar novos lares em outras cidades universitárias;
- 4 – concentrar esforços no que especificamente lhe cabe no terreno da educação, ou seja, a formação de obreiros para a pregação, diaconia, catequese e magistério;
- 5 – zelar para que os estabelecimentos de ensino médio, localizados em centros de maior densidade evangélica, cada vez mais sejam lugares de vivência, testemunho e ensino evangélicos e realizem um trabalho de qualidade, a fim de que cumpram a sua missão de formar profissionais de nível médio e preparar os jovens espiritual e intelectualmente para o ingresso na universidade;
- 6 – dar a amplitude necessária à educação cristã para que atinja os membros da Igreja de todas as idades, camadas sociais e profissões, através da mobilização de um número cada vez maior de obreiros para este trabalho e dos meios de comunicação social – imprensa, rádio, televisão;
- 7 – mobilizar recursos para a instalação de bolsas de estudos para a formação ou pós-graduação de professores de ensino evangélico de nível superior, profissionais de serviço social, ou outros especialistas para tarefas específicas na Igreja. (Participação da IECLB no Ensino de 3º Grau, Parecer: 01/87: 22-23).

Somente 20 anos depois é que o Conselho de Educação finalmente aprovou um parecer favorável para que a IECLB desenvolvesse ações em favor de um ensino superior próprio. O Conselho de Educação, em sua Plenária de 17 de fevereiro de 1987, avaliou que as proposições não se efetivaram e que era hora de investir em ensino superior, emitindo o parecer 01/87 favorável à Moção n. 12 aprovada no XV Concílio Geral Ordinário da IECLB, realizado no Rio de Janeiro, de 15 a 19 de outubro de 1986, que apoiava a Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba – CELC a fundar uma Faculdade Luterana de Filosofia, Ciências e Letras em Curitiba/PR. O Conselho de Educação assim se manifestou:

“[...] pela recomendação ao Conselho Diretor de que aprove a Moção encaminhada ao XV Concílio Regional, nos termos em que se encontra transcrita no presente Parecer; [...] pela recomendação ao Conselho Diretor de que adote uma política de incentivo ao surgimento de estabelecimentos de ensino de

nível superior, mantidas por instituições evangélicas; [...] pela constituição de uma Comissão Especial deste Conselho, incumbida de elaborar subsídios mais aprofundados sobre o assunto em pauta, de modo a instrumentalizar as instituições com documentos capazes de informar um processo de tomada de decisão quando o interesse em ingressar no ensino de 3º grau se manifestar, bem como formular sugestões capazes de orientar as decisões e informar a prática, tanto do Departamento de Educação, quanto do Conselho Diretor, nas questões mais amplas relacionadas com o ensino superior” (IECLB – Departamento de Educação. Livro de Atas do Conselho de Educação (1985-1990), folhas 22 verso e 23).

Atualmente, são 60 escolas filiadas à Rede Sinodal de Educação. As escolas continuam concentradas principalmente na Região Sul, especialmente Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

“A Rede Sinodal de Educação abrange o setor educacional escolar na IECLB. Ela congrega atualmente 60 instituições localizadas nos estados do Rio Grande do Sul (42 instituições), Santa Catarina (10 instituições), Paraná (5 instituições), São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso (uma instituição em cada estado). Em 2006 as escolas registraram 36.000 matrículas (IECLB, 2006, p. 128), atuando nos três níveis do ensino: educação infantil (de 0 a 6 anos de idade), educação básica (ensino fundamental e médio) e ensino superior. Algumas das escolas médias oferecem cursos técnicos, especialmente importantes para a comunidade local” (Ahlert, 2006: 9).

Considerações finais

Com este texto reconstituímos uma parte da história da rede de escolas de confissão luterana no Brasil através dos documentos oficiais das agremiações que representam a direção da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e de sua rede de escolas hoje reunidas na Rede Sinodal de Educação.

Vimos que na origem das escolas comunitárias luteranas está presente a própria história da IECLB. Como Igreja de imigração, seus precursores formaram comunidades religiosas e civis sustentadas na fé luterana e na educação comunitária. Os exemplos históricos acima apresentados mostram que as escolas evangélicas têm sua origem no esforço comunitário, tanto na sua construção quanto na manutenção. Esta rede de escolas, de significativo número nas primeiras décadas da imigração, recebeu importante impulso na era do pastor Hermann Gottlieb Dohms, cujo projeto eclesial demandou forte investimento numa estrutura escolar. Isso significou que, naquele período, primeira década do século passado, as escolas evangélicas possuíam um objetivo bem definido e, portanto, uma identidade com a função de preparar as lideranças comunitárias. Tinham um programa de formação de pastores e professores provenientes do grupo étnico teuto-brasileiro, para fomentar a constituição de comunidades confessionais luteranas de bases populares e independentes em solo brasileiro.

Nas décadas de 40, 50 e 60, as escolas enfrentaram duras crises decorrentes da nacionalização imposta pelo Estado Novo na década de 30. Mas o reerguimento dessas escolas comunitárias de confissão luterana sempre teve nas comunidades evangélicas da IECLB seu mais forte sustento.

No início da década de 80 foram instituídos o Conselho de Educação da IECLB e a Associação Evangélica de Educação afetos ao Departamento de Educação da IECLB. Conforme seu regimento, o Departamento de Educação tem o objetivo de coordenar as ações da IE-

CLB no campo da educação formal, portanto, gerir sua política educacional. À Associação Evangélica de Educação e ao Conselho de Educação estão afetas a tarefa de analisar a realidade escolar; fazer o lançamento das bases do Departamento de Educação; dar apoio à rede de escolas no seu posicionamento e inserção na realidade educacional do país; acompanhar as ações da Secretaria Executiva, entre outros.

Mas, as transformações ocorridas dentro da IECLB ao longo das duas décadas em também provocaram a reestruturação e adequações nas escolas evangélicas, originando a Rede Sinodal de Educação, atualmente constituída de 60 escolas com cerca de 35.000 matrículas na Educação Infantil, Educação Básica e Ensino Superior. Assim, o ingresso de instituições da Rede Sinodal de Educação no ensino superior foi um processo lento e tímido até o momento. Ao final da década de 60, o Conselho de Educação entendia que a igreja deveria relacionar-se com o ensino superior através de um outro tipo de ações, como acompanhamento dos estudantes e docentes envolvidos nas universidades, além de contribuir com infra-estrutura para estudantes poderem se manter na universidade com a mobilização dos luteranos em favor de bolsas de estudo para jovens se manterem na universidade. Somente 20 anos depois é que o Conselho de Educação emitiu seu primeiro parecer favorável para o ingresso da IECLB no ensino superior.

Referências bibliográficas

AHLERT, Alvori

1995 Comunidade Evangélica de Ijuí: 100 de história. *Folha Evangélica*. N. 1 (1), Jan/1995. (Periódico da Comunidade Evangélica de Ijuí).

AHLERT, Alvori

2006 Igreja e escola: desafios atuais para as escolas comunitárias da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e sua rede associativa. *Revista Electrónica "Actualidades Investigativas en Educación"*. Costa Rica: Universidad de Costa Rica, Facultad de Educación, Instituto de Investigación en Educación INIE, 6, 3: 1-12, <http://revista.inie.ucr.ac.cr/articulos/3-2006/archivos/igreja.pdf>.

DREHER, Martin N

1984 *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal; Caxias: Editora da UCS.

DREHER, Martin N

1999 Os impasses do germanismo: a conquista encetada em 1492/1500 foi de macho contra macho. In: KOCH, Ingelore Starke. (org.) *Brasil: outros 500. Protestantismo e a resistência indígena, negra e popular*. São Leopoldo, RS: Sinodal/COMIN/IEPG. p. 54-74.

DRESSEL, Heinz

1986 A Igreja Evangélica face ao desafio brasileiro. In: FISCHER, Joachim. (Org.) *Ensaio Luteranos: Dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal. p. 113-124.

HEIM, Alexandre (org.)

1980 *Comunidade Evangélica de Ijuí – 85 anos (1895-1980)*. Ijuí, RS: Michaelsen.

IECLB

s.f. *Regulamento*. (Mimeografado).

1985 Departamento de Educação. *Livro de Atas do Conselho de Educação*

1986 Departamento de Educação. *Educação e Constituinte*. São Leopoldo.

1990 Departamento de Educação. *Livro de Atas da Associação Evangélica de Educação (AEE)*.

KELLER, Vilmar

1970 Novas perspectivas na educação. *Presença Luterana*: 55-58. São Leopoldo: Sinodal.

- KLUG, João
1982 “Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina”, en *Revista de Ciências Humanas* (Temas de nosso século). V. 1, n. 1 (jan. 1982). Florianópolis: Editora da UFSC. p. 111-127.
- KREUTZ, Lúcio
2000 “Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio”, en *Revista Brasileira de Educação*, 15: 159-176.
- PARTICIPAÇÃO da IECLB no Ensino de 3º Grau, Parecer: 01/87
2002 In: IECLB - Departamento de Educação. *Documentos*. São Leopoldo, RS. p. 21-26. (Série Documentos n. 4).
- SÄNGER, R
1950 Problemas da educação brasileira. *Estudos Teológicos- Studien und Berichte*. N. 1, São Leopoldo: Comissão Teológica do Sínodo Riograndense, jan.-mar., p. 30-33.
- SCHÜTZ, Werner G. K
2000 *A caminhada de um século (1900-2000)*. Carazinho, RS: Obra do Autor.
- SUBSÍDIOS para o estabelecimento de uma política para o ensino de 3º Grau na IECLB
2002 Parecer: 03/87. In: IECLB. Conselho de Educação. *Documentos*. São Leopoldo: Departamento de Educação – IECLB. (Série Documentos 4). (Não publicado).
- STRECK, Gisela I. W.
2000 *Ensino Religioso com adolescentes: em escolas confessionais luteranas da IECLB*. São Leopoldo: EST. (Tese de Doutorado).
- STRECK, Danilo R.; WACHS, Manfred
1998 In: SCHNEIDER-HARPRECHT, Cristoph (org.). *Teologia Prática no contexto da América Latina*. São Leopoldo: Sinodal: ASTE. p. 245-267.

